

O mito da "mundialização" e o Estado social europeu

Ouve-se dizer por toda a parte, o dia inteiro — aí reside a força desse discurso dominante — que não há nada a opor à visão neoliberal, que ela consegue se apresentar como evidente, como desprovida de qualquer alternativa. Se ela comporta essa espécie de banalidade, é porque há todo um trabalho de doutrinação simbólica do qual participam passivamente os jornalistas ou os simples cidadãos e, sobretudo, ativamente, um certo número de intelectuais. Contra essa imposição permanente, insidiosa, que produz, por impregnação, uma verdadeira crença, parece-me que os pesquisadores têm um papel a desempenhar. Primeiro, eles podem analisar a produção e a circulação desse discurso. Há cada vez mais trabalhos, na Inglaterra, nos Estados Unidos, na França, que descrevem de modo muito preciso os procedimentos a partir dos quais essa visão de mundo é produzida, difundida e inculcada. Por toda uma série de análises ora dos textos, ou revistas nas quais eram publicados e que se im-

* Intervenção na Confederação Geral dos Trabalhadores Gregos (GSEE), em Atenas, em outubro de 1996.

puseram pouco a pouco como legítimas, ora das características de seus autores, ou dos colóquios nos quais estes se reuniam para produzi-los etc., eles mostraram como, tanto na Inglaterra quanto na França, um trabalho constante foi feito, associando intelectuais, jornalistas, homens de negócios, para impor como óbvia uma visão neoliberal que, no essencial, reveste com racionalizações econômicas os pressupostos mais clássicos do pensamento conservador de todos os tempos e de todos os países. Penso num estudo sobre o papel da revista *Preuves*, que, financiada pela CIA, foi apadrinhada por grandes intelectuais franceses e que, durante 20 a 25 anos — para que algo falso se torne evidente, leva tempo —, produziu incansavelmente, a princípio contra o pensamento dominante, idéias que pouco a pouco se tornaram evidentes.¹ A mesma coisa ocorreu na Inglaterra, e o *thatcherismo* não nasceu com a *sra. Thatcher*. Ele foi longamente preparado por grupos de intelectuais que dispunham, em sua maioria, de espaço nos grandes jornais.² Uma primeira contribuição possível dos pesquisadores poderia ser trabalhar na difusão dessas análises, sob formas acessíveis a todos.

Esse trabalho de imposição, começado há muito tempo, continua hoje. É pode-se observar regularmente o aparecimento, como por milagre, num intervalo de poucos dias, em todos os jornais franceses, com variantes ligadas à posição de cada jornal no universo dos jornais, de constatações sobre a situação econômica milagrosa dos Estados Unidos ou da Inglaterra. Essa espécie de gota-a-gota simbólico, para

o qual os jornais escritos e televisados contribuem muito fortemente — em grande parte inconscientemente, porque a maioria das pessoas que repetem essas declarações o fazem de boa fé —, produz efeitos muito profundos. É assim que, no fim das contas, o neoliberalismo se apresenta sob as aparências da *inevitabilidade*.

É todo um conjunto de pressupostos que são impostos como óbvios: admite-se que o crescimento máximo, e logo a produtividade e a competitividade, é o fim último e único das ações humanas; ou que não se pode resistir às forças econômicas. Ou ainda, pressuposto que fundamenta todos os pressupostos da economia, faz-se um corte radical entre o econômico e o social, que é deixado de lado e abandonado aos sociólogos, como uma espécie de entulho. Outro pressuposto importante é o léxico comum que nos invade, que absorvemos logo que abrimos um jornal, logo que escutamos o rádio, e que é composto, no essencial, de eufemismos. Infelizmente, não tenho exemplos gregos, mas penso que os senhores não terão dificuldade em achá-los. Por exemplo, na França, não se diz mais "patronato", diz-se "as forças vivas da nação"; não se fala mais de demissões, mas de "cortar gorduras", utilizando uma analogia esportiva (um corpo vigoroso deve ser esbelto). Para anunciar que uma empresa vai demitir 2.000 pessoas, fala-se do "plano social corajoso da Alcatel". Há também todo um jogo com as conotações e as associações de palavras como flexibilidade, maleabilidade, desregulamentação, que tendem a fazer crer que a mensagem neoliberal é uma mensagem universalista de libertação.

Contra essa ^{doxa} parece-me, é preciso defender-se, submetendo-a à análise e tentando compreender os mecanismos segundo os quais ela é produzida e imposta. Mas isso não basta, mesmo sendo muito importante, e pode-se-lhe opor um certo número de constatações empíricas. No caso da França, o Estado começou a abandonar um certo número de terrenos de ação social. A conseqüência é uma soma extraordinária de sofrimentos de todos os tipos, que não afetam apenas as pessoas que vivem em grande miséria. Assim, pode-se mostrar que, na origem dos problemas observados nos subúrbios das grandes cidades,³ há uma política neoliberal de habitação que, posta em prática nos anos 1970 (a ajuda "à pessoa"), provocou uma segregação social, colocando de um lado o subproletariado composto em boa parte de imigrantes, que permaneceu nos grandes conjuntos coletivos, e, do outro lado, os trabalhadores permanentes dotados de um salário estável e a pequena burguesia, que partiram para pequenas casas individuais compradas a crédito, e que lhes trouxeram enormes dificuldades. Esse corte social foi determinado por uma medida política.

Nos Estados Unidos, assiste-se a um desdobramento do Estado: de um lado, um Estado que mantém as garantias sociais, mas para os privilegiados, suficientemente cacifados para que possam dar segurança, garantias; de outro, um Estado repressor, policialesco, para o povo. No estado da Califórnia, um dos mais ricos dos Estados Unidos — por um momento considerado por alguns sociólogos franceses⁴ como o paraíso de todas as liberações — e também dos mais

conservadores, dotado da universidade certamente mais prestigiada do mundo, o orçamento das prisões é superior, desde 1994, ao orçamento de todas as universidades reunidas. Os negros do gueto de Chicago só conhecem, do Estado, o policial, o juiz, o carcereiro e o *parole officer*, isto é o oficial que aplica as penas, diante de quem eles devem se apresentar regularmente, sob risco de voltar à prisão. Temos ali uma espécie de realização do sonho dos dominantes, um Estado que, como mostrou Loïc Wacquant, se reduz cada vez mais à sua função policial.

O que vemos nos Estados Unidos, e que se esboça na Europa, é um processo de *involução*. Quando se estuda o nascimento do Estado nas sociedades em que o Estado se constituiu mais cedo, como a França e a Inglaterra, observa-se primeiro uma concentração de força física e uma concentração de força econômica — ambas funcionando juntas; é preciso dinheiro para fazer guerras, para fazer o policiamento etc., e é necessária a força da polícia para poder arrecadar dinheiro. Em seguida, tem-se uma concentração de capital cultural, e uma concentração de autoridade. Esse Estado, à medida que avança, adquire autonomia, torna-se parcialmente independente das forças sociais e econômicas dominantes. A burocracia de Estado começa a ser capaz de distorcer as vontades dos dominantes, de interpretá-las e, às vezes, de inspirar políticas.

O processo de regressão do Estado mostra que a resistência à crença e à política neoliberais é tanto mais forte nos

diferentes países quanto mais fortes eram neles as tradições estatais. E isso se explica porque o Estado existe sob duas formas: na realidade objetiva, sob a forma de um conjunto de instituições como regulamentos, repartições, ministérios etc., e também nas cabeças. Por exemplo, no interior da burocracia francesa, quando da reforma do financiamento da habitação, os ministérios sociais lutaram contra os ministérios financeiros para defender a política social da habitação. Esses funcionários tinham interesse em defender seus ministérios, suas posições; mas foi também porque acreditavam nelas, porque defendiam suas convicções. O Estado, em todos os países é, em parte, o vestígio de conquistas na realidade sociais. Por exemplo, o ministério do Trabalho é uma conquista social que se tornou realidade, embora, em certas circunstâncias, ele também possa ser um instrumento de repressão. E o Estado também existe na cabeça dos trabalhadores sob a forma de direito subjetivo ("isso é meu direito", "não podem fazer isso comigo"), de apego às "conquistas sociais" etc. Por exemplo, uma das grandes diferenças entre a França e a Inglaterra é que os ingleses *thatcherizados* descobrem que não resistiram tanto quanto teriam sido capazes, em grande parte porque o contrato de trabalho era um contrato de *common law*, e não, como na França, uma convenção garantida pelo Estado. E hoje, paradoxalmente, no momento em que na Europa continental se exalta o modelo da Inglaterra, no mesmo momento os trabalhadores ingleses olham para o Continente e descobrem que ele oferece coisas que sua tradição

operária não lhes oferecia, isto é, a idéia de direito do trabalho.

O Estado é uma realidade ambígua. Não se pode dizer apenas que é um instrumento a serviço dos dominantes. Sem dúvida, o Estado não é completamente neutro, completamente independente dos dominantes, mas tem uma autonomia tanto maior quanto mais antigo ele for, quanto mais forte, quanto mais conquistas sociais importantes tiver registrado em suas estruturas etc. Ele é o lugar dos conflitos (por exemplo, entre os ministérios financeiros e os ministérios "gastadores", encarregados dos problemas sociais). Para resistir à *involução do Estado*, isto é, contra a regressão a um Estado penal, encarregado da repressão, sacrificando pouco a pouco as funções sociais, educação, saúde, assistência etc., o movimento social pode encontrar apoio nos responsáveis pelas pastas sociais, encarregados da ajuda aos desempregados crônicos, que se preocupam com as rupturas da coesão social, com o desemprego etc., e que se opõem aos responsáveis pelas finanças, que só querem saber das coerções da "globalização" e do lugar da França no mundo.

Falei da "globalização": é um mito no sentido forte do termo, um discurso poderoso, uma "idéia-força", uma idéia que tem força social, que realiza a crença. É a arma principal das lutas contra as conquistas do *welfare state*: os trabalhadores europeus, dizem, devem rivalizar com os trabalhadores menos favorecidos do resto do mundo. Para que isso aconteça, propõe-se como modelo, para os trabalhadores europeus, países em que o salário mínimo não existe, onde

operários trabalham 12 horas por dia por um salário que varia entre 1/4 e 1/15 do salário europeu, onde não há sindicatos, onde as crianças são postas para trabalhar etc. E é em nome desse modelo que se impõe a flexibilidade, outra palavra-chave do liberalismo, isto é, o trabalho noturno, o trabalho nos fins-de-semana, as horas irregulares de trabalho, coisas inscritas desde toda a eternidade nos sonhos patronais. De modo geral, o neoliberalismo faz voltar, sob as aparências de uma mensagem muito chique e muito moderna, as idéias mais arcaicas do patronato mais arcaico. (Algumas revistas, nos Estados Unidos, estabelecem um quadro de honra desses patrões aguerridos, que são classificados, como o seu salário em dólares, de acordo com o número de pessoas que eles tiveram a coragem de demitir). É característico das *revoluções conservadoras*, a dos anos 30 na Alemanha, a de Thatcher, Reagan e outros, apresentar restaurações como revoluções. A revolução conservadora assume hoje uma forma inédita: não se trata, como em outros tempos, de invocar um passado idealizado, através da exaltação da terra e do sangue, temas arcaicos das velhas mitologias agrárias. Essa revolução conservadora de tipo novo tem como bandeira o progresso, a razão, a ciência (a economia, no caso), para justificar a restauração e tenta assim tachar de arcaísmo o pensamento e a ação progressistas. Ela constitui como normas de todas as práticas, logo como regras ideais, as regularidades reais do mundo econômico entregue à sua lógica, a alegada lei do mercado, isto é, a lei do mais forte. Ela ratifica e glorifica o reino daquilo

que se chama mercados financeiros, isto é, a volta a uma espécie de capitalismo radical, cuja única lei é a do lucro máximo, capitalismo sem freio e sem disfarce, mas racionalizado, levado ao limite de sua eficiência econômica pela introdução de formas modernas de dominação, como o *management*, e de técnicas de manipulação, como a pesquisa de mercado, o marketing, a publicidade comercial.

Se essa revolução conservadora pode enganar, é porque ela não tem mais nada, aparentemente, do velho bucolismo Floresta Negra dos revolucionários conservadores dos anos 30; ela se enfeita com todos os signos da modernidade. Ela não vem de Chicago? Galileu dizia que o mundo natural está escrito em linguagem matemática. Hoje, querem que acreditemos que é o mundo econômico e social que se põe em equações. Foi armando-se da matemática (e do poder da mídia) que o neoliberalismo se tornou a forma suprema da sociodicéia conservadora que se anunciava, há 30 anos, sob o nome de "fim das ideologias", ou, mais recentemente, de "fim da história".

Para combater o mito da "mundialização", que tem por função instaurar uma restauração, uma volta a um capitalismo selvagem, mas racionalizado e cínico, é preciso voltar aos fatos. Se olharmos as estatísticas, observaremos que a concorrência que os trabalhadores europeus sofrem é, no essencial, intra-européia. Segundo as fontes que utilizo, 70% das trocas econômicas das nações européias se estabelecem com outros países europeus. Enfatizando a ameaça extra-européia, esconde-se que o principal perigo é consti-

tuído pela concorrência interna dos países europeus e o que se chama às vezes o *social dumping*: os países europeus de frágil proteção social, com salários baixos, podem tirar partido de suas vantagens na competição, mas puxando para baixo os outros países, assim obrigados a abandonarem as conquistas sociais para resistir. Para escapar a esse círculo vicioso, os trabalhadores dos países avançados têm interesse em associar-se aos trabalhadores dos países menos avançados para conservar as suas conquistas e para favorecer a generalização destas a todos os trabalhadores europeus. (O que não é fácil, devido às diferenças nas tradições nacionais, particularmente no peso dos sindicatos em relação ao Estado e nos modos de financiamento da proteção social.)

Mas isso não é tudo. Há também todos os efeitos, que qualquer um pode constatar, da política neoliberal. Assim, um certo número de pesquisas inglesas mostra que a política thatcheriana provocou uma formidável insegurança, um sentimento de abatimento, primeiro entre os trabalhadores braçais, mas também na pequena burguesia. Observa-se exatamente a mesma coisa nos Estados Unidos, onde se assiste à multiplicação dos empregos precários e sub-remunerados (que fazem baixar artificialmente as taxas de desemprego). As classes médias americanas, submetidas à ameaça da demissão brutal, conhecem uma terrível insegurança (mostrando assim que o importante num emprego não é apenas o trabalho e o salário que ele oferece, mas a segurança que ele garante). Em todos os países, a proporção dos tra-

balhadores temporários cresce em relação à população dos trabalhadores permanentes. A precarização e a flexibilização acarretam a perda das insignificantes vantagens (muitas vezes descritas como privilégios de “marajás”) que podiam compensar os salários baixos, como o emprego duradouro, as garantias de saúde e de aposentadoria. A privatização, por sua vez, acarreta a perda das conquistas coletivas. Por exemplo, no caso da França, 3/4 dos trabalhadores recentemente contratados o são a título temporário, e apenas 1/4 desses 3/4 se tornarão trabalhadores permanentes. Evidentemente, os novos contratados são, em geral, jovens. O que faz com que essa insegurança atinja essencialmente os jovens, na França — como também constatamos em nosso livro *A miséria do mundo* — e também na Inglaterra, onde o desespero dos jovens chega ao clímax, acarretando a delinquência e outros fenômenos extremamente dispendiosos.

A isso se acrescenta, hoje, a destruição das bases econômicas e sociais das conquistas culturais mais preciosas da humanidade. A autonomia dos universos de produção cultural em relação ao mercado, que não havia cessado de crescer graças às lutas e aos sacrifícios dos escritores, artistas e intelectuais, está cada vez mais ameaçada. O reino do “comércio” e do “comercial” se impõe cada dia mais à literatura, notadamente por meio da concentração dos canais de comunicação, cada vez mais diretamente submetidos às exigências do lucro imediato; à crítica literária e artística, entregue aos acólitos mais oportunistas dos editores — ou

de seus cúmplices, com as trocas de favores —, e principalmente ao cinema (pergunta-se o que restará, daqui a dez anos, de um cinema de pesquisa europeu, se nada for feito para oferecer aos produtores de vanguarda meios de produção e sobretudo, talvez, de difusão); sem falar das ciências sociais, condenadas a submeter-se às encomendas diretamente interessadas das burocracias de empresas ou de Estado, ou a morrer pela censura dos poderes (representados pelos oportunistas) ou do dinheiro.

Se a globalização é antes de tudo um mito justificador, há um caso em que ela é bem real; é o dos mercados financeiros. Graças à diminuição de um certo número de controles jurídicos e do aprimoramento dos meios de comunicação modernos, que acarreta a diminuição dos custos de comunicação, caminha-se para um mercado financeiro unificado, o que não quer dizer homogêneo. Esse mercado financeiro é dominado por certas economias, isto é, pelos países mais ricos, e particularmente pelo país cuja moeda é utilizada como moeda internacional de reserva e que, com isso, dispõe, no interior desses mercados financeiros, de uma grande margem de liberdade. O mercado financeiro é um campo no qual os dominantes, os Estados Unidos nesse caso particular, ocupam uma posição tal que podem definir em grande parte as regras do jogo. Essa unificação dos mercados financeiros em torno de um certo número de nações detentoras da posição dominante acarreta uma redução da autonomia dos mercados financeiros nacionais. Os financistas franceses, os inspetores das Finanças, que nos dizem que

devemos curvar-nos à necessidade, esquecem de dizer que eles se tornam cúmplices dessa necessidade e que, através deles, é o Estado nacional francês que abdica.

Em suma, a globalização não é uma homogeneização, mas, ao contrário, é a extensão do domínio de um pequeno número de nações dominantes sobre o conjunto das praças financeiras nacionais. Daí resulta uma redefinição parcial da divisão do trabalho internacional, cujas conseqüências atingem os trabalhadores europeus, por exemplo ao transferir capitais e indústrias para os países de mão-de-obra barata. Esse mercado do capital internacional tende a reduzir a autonomia dos mercados do capital nacional e, particularmente, a proibir a manipulação, pelos Estados nacionais, das taxas de câmbio, das taxas de juros, que são cada vez mais determinadas por um poder concentrado nas mãos de um pequeno número de países. Os poderes nacionais estão submetidos ao risco de ataques especulativos por parte de agentes dotados de fundos maciços que podem provocar uma desvalorização, sendo evidentemente os governos de esquerda particularmente ameaçados, pois provocam a desconfiança dos mercados financeiros (um governo de direita que adota uma política pouco de acordo com os ideais do FMI está menos em perigo do que um governo de esquerda, mesmo que este faça uma política de acordo com os ideais do FMI). É a estrutura do campo mundial que exerce uma coação estrutural, o que confere aos mecanismos uma aparência de fatalidade. A política de um Estado particular é largamente determinada pela sua posição na estrutura da

distribuição do capital financeiro (que define a estrutura do campo econômico mundial).

Diante desses mecanismos, o que se pode fazer? Seria necessário refletir primeiro sobre os limites implícitos que a teoria econômica aceita. A teoria econômica não leva em conta, na avaliação dos custos de uma política, o que se chama de custos sociais. Por exemplo, uma política de habitação, a que foi decidida por Giscard d'Estaing em 1970, implicava custos sociais a longo prazo, que nem apareciam como tais, pois, além dos sociólogos, quem se lembra, vinte anos depois, dessa medida? Quem relacionaria um tumulto em 1990 num subúrbio de Lyon com uma decisão política de 1970? Os crimes são impunes porque são esquecidos. Seria necessário que todas as forças sociais críticas insistissem na incorporação aos cálculos econômicos dos custos sociais das decisões econômicas. O que custarão, a longo prazo, em demissões, sofrimentos, doenças, suicídios, alcoolismo, consumo de drogas, violência familiar etc., coisas que custam muito caro em dinheiro, mas também em sofrimento? Acredito que, mesmo que isso possa parecer cínico, é preciso aplicar à economia dominante as suas próprias armas, e lembrar que, na lógica do interesse mais amplo, a política estritamente econômica não é necessariamente econômica — gerando insegurança das pessoas e dos bens, e logo custos com polícia etc. Mais precisamente, é necessário questionar de forma radical a visão econômica que individualiza tudo, tanto a produção como a justiça ou a saúde, os custos como os lucros, esquecendo que a eficiência

— da qual ela dá uma definição estreita e abstrata, identificando-a tacitamente com a rentabilidade financeira — depende evidentemente dos fins com os quais é medida, rentabilidade financeira para os acionistas e investidores, como hoje, ou satisfação dos clientes e usuários, ou, mais amplamente, satisfação e concordância dos produtores, dos consumidores, e, assim, sucessivamente, da maioria. A essa economia estreita e de visão curta, é preciso opor uma *economia da felicidade*, que levaria em conta todos os lucros, individuais e coletivos, materiais e simbólicos, associados à atividade (como a segurança), e também todos os custos materiais e simbólicos associados à inatividade ou à precariedade (por exemplo, o consumo de medicamentos: a França detém o recorde do consumo de tranqüilizantes). Não se pode trapacear com a *lei da conservação da violência*: toda violência se paga; por exemplo, a violência estrutural exercida pelos mercados financeiros, sob forma de desemprego, de precarização etc., tem sua contrapartida em maior ou menor prazo, sob forma de suicídios, de delinqüência, de crimes, de drogas, de alcoolismo, de pequenas ou grandes violências cotidianas.

No estado atual, as lutas críticas dos intelectuais, dos sindicatos e das associações devem se fazer prioritariamente contra o enfraquecimento do Estado. Os Estados nacionais estão minados por fora pelas forças financeiras e por dentro pelos cúmplices dessas forças financeiras, isto é, os financistas, os altos funcionários das finanças etc. Penso que os dominados têm interesse em defender o Estado, em parti-

cular no seu aspecto social. Essa defesa do Estado não é inspirada por um nacionalismo. Podendo-se lutar contra o Estado nacional, é preciso defender as funções "universais" que ele cumpre e que podem ser cumpridas tão bem, se não melhor, por um Estado supranacional. Se não se quer o Bundesbank, através das taxas de juros, governando as políticas financeiras dos diferentes Estados, não se deveria lutar pela construção de um Estado supranacional, relativamente autônomo em relação às forças econômicas internacionais e às forças políticas nacionais e capaz de desenvolver a dimensão social das instituições européias? Por exemplo, as medidas visando garantir a redução da jornada de trabalho só teriam sentido pleno se fossem tomadas por uma instância européia e aplicáveis ao conjunto das nações européias.

Historicamente, o Estado foi uma força de racionalização, mas que foi posta a serviço das forças dominantes. Para evitar que assim seja, não basta insurgir-se contra os tecnocratas de Bruxelas. Seria necessário inventar um novo internacionalismo, pelo menos na escala regional da Europa, capaz de oferecer uma alternativa à regressão nacionalista que, graças à crise, ameaça mais ou menos todos os países europeus. Tratar-se-ia de criar instituições capazes de controlar essas forças do mercado financeiro, de introduzir — os alemães têm uma palavra magnífica — um *Regreziionsverbot*, uma proibição de regressão em matéria de conquistas sociais no ângulo europeu. Para isso, é absolutamente indispensável que as instâncias sindicais ajam nesse nível supranacional, pois é ali que se exercem as forças contra as

quais elas combatem. É preciso, portanto, tentar criar as bases organizacionais de um verdadeiro internacionalismo crítico, capaz de se opor verdadeiramente ao neoliberalismo.

Último ponto. Por que os intelectuais são ambíguos em tudo isso? Não vou enumerar — seria longo e cruel demais — todas as formas de omissão, ou, pior, de colaboração. Evocarei apenas os debates dos filósofos ditos modernos ou pós-modernos que, quando não se contentam em deixar as coisas como estão, envolvidos com seus jogos escolásticos, se fecham numa defesa verbal da razão e do diálogo racional, ou pior, propõem uma variante dita pós-moderna, na verdade “radical chic”, da ideologia do fim das ideologias, com a condenação dos grandes relatos ou a denúncia niilista da ciência.

Efetivamente, a força da ideologia neoliberal se apóia em uma espécie de neodarwinismo social: são “os melhores e os mais brilhantes”, como se diz em Harvard, que triunfam (Becker, prêmio Nobel de economia, desenvolveu a idéia de que o darwinismo é o fundamento da aptidão para o cálculo racional, que ele atribui aos agentes econômicos). Por trás da visão mundialista da internacional dos dominantes, há uma filosofia da competência, segundo a qual são os mais competentes que governam, e que têm trabalho, o que implica que aqueles que não têm trabalho não são competentes. Há os *winner*s (vencedores) e os *loser*s (perdedores), há a nobreza, o que eu chamo de nobreza de Estado, isto é, essas pessoas que têm todas as propriedades de uma

nobreza no sentido medieval do termo, e que devem sua autoridade à educação, ou melhor, segundo eles, à inteligência, concebida como um dom do céu, quando sabemos que na realidade ela é distribuída pela sociedade, fazendo com que as desigualdades de inteligência sejam desigualdades sociais. A ideologia da competência convém muito bem para justificar uma oposição que se assemelha um pouco à dos senhores e dos escravos: de um lado, os cidadãos de primeira classe, que possuem capacidades e atividades muito raras e regiadamente pagas, que podem escolher o seu empregador (enquanto os outros são escolhidos por seu empregador, no melhor dos casos), que estão em condições de obter altos salários no mercado de trabalho internacional, que são super-ocupados, homens e mulheres (li um belo estudo inglês sobre esses casais de executivos loucos que correm o mundo, pulam de um avião para outro, têm salários alucinantes que nem conseguem sonhar em gastar durante quatro vidas etc.), e depois, do outro lado, uma massa de pessoas destinadas aos empregos precários ou ao desemprego.

Max Weber dizia que os dominantes têm sempre necessidade de uma “teodicéia dos seus privilégios”, ou melhor, de uma sociodicéia, isto é, de uma justificação teórica para o fato de serem privilegiados. A competência está hoje no centro dessa sociodicéia, que é aceita, evidentemente, pelos dominantes — é de seu interesse —, mas também pelos outros.⁵ Na miséria dos excluídos do trabalho, na miséria dos desempregados crônicos, há algo mais que no passado.

A ideologia anglo-saxã, sempre um pouco moralizante, distinguia os pobres imorais e os *deserving poor* — os pobres merecedores — dignos da caridade. A essa justificação ética veio acrescentar-se, ou substituí-la, uma justificação intelectual. Os pobres não apenas são imorais, alcoólatras, corrompidos; são estúpidos, pouco inteligentes. Para o sofrimento social, contribui em grande medida a miséria do desempenho escolar que não determina apenas os destinos sociais, mas também a imagem que as pessoas fazem desse destino (o que contribui sem dúvida para explicar o que se chama de passividade dos dominados, dificuldade de mobilizá-los etc.). Platão tinha uma visão do mundo social que se assemelha à dos nossos tecnocratas, com os filósofos, os guardiães, e depois o povo. Essa filosofia está inscrita, em estado implícito, no sistema escolar. Muito poderosa, ela está profundamente interiorizada. Por que se passou do intelectual engajado ao intelectual “descolado”? Em parte porque os intelectuais são detentores de capital cultural e porque, mesmo que sejam dominados pelos dominantes, fazem parte dos dominantes. É um dos fundamentos de sua ambivalência, de seu tímido engajamento nas lutas. Eles participam confusamente dessa ideologia da competência. Quando se revoltam, é ainda, como em 33 na Alemanha, porque julgam que não recebem tudo o que lhes é devido, dada a sua competência, garantida por seus diplomas.

Atenas, outubro de 1996

NOTAS

1. P. Grémion, *Preuves, une revue européenne à Paris*, Paris, Julliard, 1989, e *Intelligence de l'anti-communisme, le congrès pour la liberté de la culture à Paris*, Paris, Fayard, 1995.
2. K. Dixon, “Les Évangélistes du Marché”, *Liber*, 32, setembro de 1997, p.5-6; C. Pasche e S. Peters, “Les premiers pas de la Société du Mont-Pélerin ou les dessous chics du néolibéralisme”, *Les Annuelles* (L'avènement des sciences sociales comme disciplines académiques), 8, 1997, p.191-216.
3. Cf. nota 8 do primeiro capítulo. (N.E.)
4. Edgar Morin e Jean Baudrillard sobretudo. (N.E.)
5. Cf. P. Bourdieu, “Le racisme de l'intelligence”, in *Questions de sociologie*, Paris, Mínuit, 1980, p.264-8.